



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026

Dispõe sobre o gozo de férias e a conversão de férias em pecúnia no âmbito da Administração Pública Municipal, e estabelece procedimentos de controle interno.

CONSIDERANDO o art. 7º, XVII, da Constituição Federal, aplicável aos servidores públicos por força do art. 39, §3º;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o gozo regular de férias como direito fundamental do servidor e dever da Administração;

CONSIDERANDO o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas quanto à excepcionalidade da conversão de férias em pecúnia;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, economicidade e planejamento;

CONSIDERANDO a competência do Controle Interno para normatizar, orientar e fiscalizar os atos de gestão;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regras, critérios e procedimentos para o gozo de férias e para a conversão de férias em pecúnia dos servidores públicos municipais, bem como os mecanismos de controle interno aplicáveis.

Art. 2º O gozo de férias constitui regra geral e obrigatória, sendo a conversão em pecúnia admitida apenas de forma excepcional, nos termos desta norma.

CAPÍTULO II

DO GOZO DE FÉRIAS

Art. 3º O servidor fará jus a férias anuais, após cada período aquisitivo de 12 (doze) meses de efetivo exercício, conforme legislação vigente.

Art. 4º As férias deverão ser gozadas, preferencialmente, dentro do período concessivo, vedada a acumulação injustificada.

Art. 5º Compete à unidade de Recursos Humanos:

- I – Manter controle atualizado dos períodos aquisitivos e concessivos;
- II – planejar, juntamente com as chefias imediatas, o cronograma anual de férias;
- III – alertar formalmente as unidades sobre a proximidade do vencimento do período concessivo.

Art. 6º A chefia imediata é responsável por:

- I – Garantir o gozo regular das férias pelos servidores sob sua gestão;
- II – justificar formalmente eventual adiamento do gozo de férias, quando indispensável ao interesse público.

CAPÍTULO III

DA CONVERSÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA

Art. 7º A conversão de férias em pecúnia é medida excepcional e somente será admitida quando:

- I – Houver comprovada necessidade do serviço público;
- II – for inviável o gozo das férias dentro do período concessivo;
- III – houver manifestação expressa e escrita do servidor;

IV – Houver autorização formal da autoridade competente.

Art. 8º É vedada a conversão de férias em pecúnia como prática rotineira ou como forma de complementação remuneratória.

Art. 9º A conversão de férias em pecúnia deverá ser precedida de processo administrativo próprio, contendo, no mínimo:

- I – Requerimento do servidor;
- II – justificativa circunstanciada da chefia imediata;
- III – manifestação do setor de Recursos Humanos;
- IV – análise prévia do Controle Interno;
- V – autorização da autoridade competente.

CAPÍTULO IV

DO CONTROLE INTERNO

Art. 10 Compete ao Controle Interno:

- I – Analisar previamente os pedidos de conversão de férias em pecúnia;
- II – verificar a legalidade, motivação e excepcionalidade dos atos;
- III – emitir parecer técnico quanto à conformidade do processo;
- IV – recomendar medidas corretivas quando constatadas irregularidades;
- V – comunicar aos órgãos de controle externo eventuais impropriedades graves, quando cabível.

Art. 11 A ausência de planejamento ou a omissão no controle do gozo de férias poderá caracterizar falha de gestão, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 12 O servidor que deixar de usufruir férias sem justificativa legal não fará jus à conversão automática em pecúnia.

Art. 13 A chefia imediata e o gestor da unidade respondem solidariamente por autorizações indevidas ou reiteradas de conversão de férias em pecúnia.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Controle Interno, em conjunto com o setor de Recursos Humanos, observada a legislação vigente e a jurisprudência dos Tribunais de Contas.

Art. 15 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Felipe d'Oeste, 02 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

WILLIAN SOARES SOUSA

Controlador Interno do Município Matrícula:

6348

Prefeitura Municipal de São Felipe d'Oeste/R